

AO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE OUVIDOR/GO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2025 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 3055/2025

LM PRODUTORA DE EVENTOS LTDA (CIA DE RODEIO LM: LEONCIO MONTEIRO), pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 13.419.615/0001-07, com sede à Via de Acesso 6, s/n, Qd. F, Lt. 03, Galpão 01, Chácaras Marivania, Aparecida de Goiânia, representada por seu sócio, Sr. LEÔNCIO LOPES DE PAULA MONTEIRO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua 1026, nº 138, apto 401, Res. Catedral, Setor Pedro Ludovico, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 164, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar:

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

referente ao Pregão Eletrônico nº 020/2025, promovido por esse Município, tendo por objeto a contratação de empresa para organização e execução do “Ouvidor Rodeio Show 2025”, pelas razões fáticas e jurídicas a seguir delineadas:

1. DA TEMPESTIVIDADE E DO INTERESSE PROCESSUAL

Nos termos do item 1.1.1 do próprio edital, impugnações poderão ser apresentadas até 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública, designada para o dia 13 de junho de 2025. Portanto, a presente impugnação é tempestiva.

A impugnante é empresa potencialmente interessada na contratação, pertencente ao ramo pertinente, estando regularmente cadastrada na plataforma BLL Compras, o que legitima sua atuação, nos termos do art. 164 da Lei nº 14.133/2021.

2. DAS IRREGULARIDADES CONSTANTES DO EDITAL

2.1. Falta de especificação técnica suficiente e detalhada do objeto – violação ao art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021

O Anexo II do edital apresenta a planilha de proposta de preços com as seguintes rubricas:

- Item 2 – “Realização do rodeio profissional”
- Item 13 – “Equipe de mão de obra”
- Item 14 – “Divulgação do evento”
- Item 15 – “Filmagem do evento com transmissão”

Tais descrições são extremamente genéricas e não indicam: (i) quantidades estimadas; (ii) qualificação mínima da equipe; (iii) padrões mínimos de qualidade;

(iv) exigência de equipamentos específicos; (v) exigências quanto à entrega, metodologia ou etapas do serviço.

Não há qualquer detalhamento técnico no Termo de Referência (Anexo I), apenas uma remissão genérica à existência do documento no site institucional, sem que seu conteúdo esteja transcrito no edital principal. Isso viola o art. 18, §1º da Lei nº 14.133/2021:

"Art. 18. O objeto da contratação será descrito de forma clara, suficiente e precisa no termo de referência..."

A ausência de dados técnicos suficientes compromete o julgamento objetivo das propostas (art. 5º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021), impede o adequado dimensionamento de custos e favorece subjetividade, além de violar a jurisprudência do TCU (Acórdão 2222/2012 – Plenário).

2.2. Exigência desproporcional de qualificação técnica – violação ao art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021

O item 9.6.3 do edital remete ao item 10.4 do Termo de Referência para dispor sobre qualificação técnica, contudo, este conteúdo não integra o edital principal, nem está transcrito entre os anexos. A mera referência a documento externo e não publicado afronta o princípio da publicidade (art. 5º, inc. LX da CF e art. 18, III da Lei 14.133/2021).

Além disso, presume-se, pela natureza do certame, que se exigirá comprovação de execução anterior de evento do mesmo porte e com todos os componentes combinados (rodeio, palco, camarotes, filmagem, etc.), o que viola o art. 67, §1º da Lei nº 14.133/2021, por restringir indevidamente a competitividade.

Trecho do edital (item 9.6.3): "A documentação relativa à qualificação técnica consistirá no estabelecido no subitem 10.4 do Termo de Referência."

Tal exigência deve ser proporcional, permitindo comprovação por itens compatíveis, ainda que não idênticos.

2.3. Inadequação da dotação orçamentária – vício material

O item 2.2 do edital indica que os recursos orçamentários provêm do seguinte programa:

"FICHA: 000170. ÓRGÃO: 00001 – PREFEITURA MUNICIPAL DE OUVIDOR. UNIDADE: 000089 – GABINETE DO SECRETÁRIO DE AGRICULTURA. FUNÇÃO: 000020 – AGRICULTURA. SUB-FUNÇÃO: 000606 – EXTENSÃO RURAL. PROGRAMA: 001071 – FESTIVIDADES AGROPECUÁRIAS. PROJETO/ATIVIDADE: 4.060 – FESTA PEÃO, FEIRAS E EXP. AGROPECUÁRIAS."

Contudo, o objeto da contratação refere-se a serviços típicos de eventos festivos (show, filmagem, estrutura de palco, iluminação etc.), cuja natureza está desconectada da finalidade pública da subfunção "Extensão Rural".

A incompatibilidade entre o objeto e a dotação afronta o art. 18, inciso V, da Lei 14.133/2021, além do princípio da legalidade orçamentária.

2.4. Reexigência indevida de documentos na fase contratual – afronta ao art. 62 da Lei nº 14.133/2021

Nos termos do item 2.1 do Anexo IV (Minuta Contratual), a contratada deverá reapresentar diversos documentos de habilitação na fase de assinatura contratual. Ocorre que tal exigência é indevida, pois a verificação da habilitação ocorre antes da adjudicação e deve ser presumida válida, salvo motivo justificado.

Trecho do edital: "2.1. A contratada deverá apresentar, no ato da assinatura do contrato, os seguintes documentos atualizados: [...] 2.1.7. Alvará de Localização e Funcionamento [...] 2.1.9. Registro ou inscrição da empresa no CREA e/ou CAU [...]"

A exigência cumulativa de documentos de habilitação em duplicidade impõe ônus desnecessário e fere o disposto no art. 62, §2º da Lei nº 14.133/2021.

2.5. Inobservância do prazo legal mínimo para envio de propostas – art. 55, I, "a", da Lei nº 14.133/2021

Caso a publicação do aviso do edital tenha ocorrido após 03/06/2025, o prazo concedido aos licitantes até a data de abertura (13/06/2025) não respeita o mínimo de 8 dias úteis exigido para licitações do tipo "menor preço", conforme art. 55, I, alínea "a" da Lei nº 14.133/2021.

Tal irregularidade compromete a isonomia, a ampla concorrência e a possibilidade de adequado preparo das propostas.

3. DOS PEDIDOS

Diante de todo o exposto, requer-se:

1. O recebimento desta impugnação, com fundamento no art. 164, §1º, da Lei nº 14.133/2021;
2. A imediata suspensão do certame até a análise e eventual correção dos vícios apontados;
3. A retificação do Edital com:
 - Inclusão do Termo de Referência completo com descrição técnica precisa e suficiente;
 - Revisão proporcional da exigência de qualificação técnica;

- Substituição da dotação orçamentária por classificação funcional compatível;
- Supressão de exigências de reapresentação de documentos já validados;
- Reabertura do prazo legal para envio das propostas.

Nestes termos,

Pede deferimento.

LM PRODUTORA E
EVENTOS

LTDA:13419615000107

Assinado de forma digital por LM
PRODUTORA E EVENTOS

LTDA:13419615000107

Dados: 2025.06.09 08:14:37 -03'00'

LM PRODUTORA DE EVENTOS LTDA (CIA DE RODEIO LM: LEONCIO MONTEIRO)

CNPJ sob o nº 13.419.615/0001-07